

## EM NOME DE DEUS E EM NOME DA PÁTRIA: UMA INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS SOBRE O COMPORTAMENTO MORAL ENQUANTO CRITÉRIO PARA O EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO NO PIAUÍ.

\*Maria Alveni Barros Vieira (UFPI)

GT-11: História, Memória e Educação

Todo grupo social em tempo e espaço diferentes possui determinados conteúdos morais que devem ser apreendidos e obedecidos como valores necessários para a vida em coletividade. Nesse sentido estudar as moralidades de um povo é fazer referências as normas estabelecidas pelas instituições sociais que representam a comunidade, bem como os condicionantes históricos e culturais que determinaram os padrões de comportamentos considerados adequados aquela formação social.

Esse ponto de vista fundamenta-se nos aportes teóricos de Chauí (1995) quando a mesma afirma que a moralidade é uma espécie de sistema que regula a vida coletiva através dos costumes e dos valores de uma sociedade numa época determinada. Para a autora o comportamento moral exigido dos grupos sociais não se realiza indiferente às condições históricas, geográficas, políticas, econômicas e culturais de determinada sociedade, ao contrário, toda sociedade a cada tempo e contexto “institui uma moral, isto é, valores concernentes ao bem e ao mal, ao permitido, ao proibido e a conduta correta, válida para todos os seus membros”. (p.339).

A mesma idéia de moralidade pode ser encontrada nos apontamentos de Carneiro (2000), quando ele faz uma análise das prédicas morais modernas no Brasil e afirma que todas as formas de moralidade são regimes de regras e tudo o que as regras têm a dizer aos comportamentos pode ser resumido ao que é permitido e ao que é proibido, o que pode ser feito e o que não pode ser feito. Segundo Xavier (1994) a criação de sistemas morais para uma determinada sociedade, reflete a preocupação do homem em manter uma estrutura social onde as normas determinadas como regentes das relações sociais sejam marcadas pela continuidade de seus aspectos ou apenas disfarçadas em algumas descontinuidades criadas para evitar mudanças radicais. Mas de que maneira a criação e a manutenção desses sistemas morais afetam a educação de um povo?

A este questionamento Luzuriaga (1990) responde que como a educação não ocorre de forma isolada, mas estreitamente relacionada com a sociedade e a cultura de cada época, ela irá reproduzir as crenças, os valores e os costumes defendidos pela comunidade na qual se encontra inserida. Quanto aos repasse dos valores morais durante o processo educativo, Calani (2000) explica que este se processará através dos conteúdos das disciplinas mas, principalmente através do comportamento e da postura do professor, pois sendo ele um sujeito cuja existência encontra-se vinculada à história e a cultura do meio em que vive e desempenha suas funções, não está alheio às determinações morais dessa sociedade, seu trabalho não é livre mas está submetido a uma autoridade disciplinar que controla seus atos e suas falas dentro e fora da escola, que fixa e normatiza a ação e a conduta correta dos professores através do detalhamento das habilidades, dos conhecimentos e dos comportamentos que este deveria possuir.

Mesmo em lugares, como o Piauí do século XIX, quando ainda predominava a educação da família, já existia a preocupação por parte das autoridades de então com o comportamento moral dos professores. Nesse período era, ainda, o Piauí uma Província pecuarista onde se vivenciava, cotidianamente, os costumes e os valores do vaqueiro, como é possível observar nos registros historiográficos que explicam as origens deste Estado brasileiro a partir do criatório extensivo de gado ali iniciado com a instalação do Governo

Geral no Brasil que impulsionou a expansão da pecuária no nordeste brasileiro, fato que provocou, embora de forma lenta, o povoamento do sertão nordestino pelos criadores de gado vacum e cavalar.

Prado Júnior (1999) explica que foi a imensidão do espaço e as facilidades de penetração proporcionadas pela vegetação rasteira característica da caatinga que fez com que a região, que vai do médio São Francisco até o rio Parnaíba, nos limites dos Estados do Piauí e Maranhão, chegasse ao século XVII pontilhada de fazendas e currais. Essa versão é confirmada pela historiografia tradicional piauiense quando ela afirma que por volta de 1676, fazendeiros baianos<sup>1</sup>, interessados em expandir suas propriedades e estabelecer novas posses de terra, espalharam suas imensas boiadas pelo Piauí, fazendo com que os currais, por eles aqui instalados para o trato do gado, atraíssem outras pessoas que em busca de áreas ainda não ocupadas se aventuraram pelo sertão piauiense vislumbrando a possibilidade de se tornarem proprietários de terras e criadores de gado. Aqui, essas pessoas, eregiram retiros, fazendas e capelas, estabeleceram valores e costumes, alinhavando uma sociedade que funcionaria durante séculos em torno da mística do boi<sup>2</sup>.

Na comunidade que então se iniciava, o ideal de homem revelava-se através da imagem do vaqueiro, que se tornou durante muito tempo o tipo representativo do povo piauiense. De acordo com Nunes (1973), no Piauí dos séculos XVIII e XIX, existia uma sociedade onde aqueles que não eram vaqueiros desejavam ser e quem não fosse um vaqueiro “seria um frustado, um tipo deficiente”. (p.37). Em razão dessa mentalidade, predominante naquele período o piauiense, ainda criança, já aprendia as atividades do pastoreio, inicialmente dentro dos limites das fazendas, deixando para percorrer a caatinga e atravessar sertões na fase adulta quando troca a camisa de algodão pelo gibão de couro.

Pátria de vaqueiros, no Piauí oitocentista, os conhecimentos e os comportamentos a serem introjetados por homens e mulheres, eram aprendidos no dia-a-dia, na labuta cotidiana, nos momentos de trabalho e de lazer. Ali, predominava a vida solta no campo, sujeita a todo tipo de sorte fazendo com que o sertanejo cedo desenvolvesse a consciência do desamparo e ao mesmo tempo de autonomia, características que segundo a opinião de Castello Branco (1942) forjaram no piauiense uma moral com pontos de honra exagerados e intransigentes, influenciada, ainda, pela religiosidade supersticiosa que transforma as crenças mais absurdas em dogmas.

Assim, os invernos que inundavam as terras, as secas que matavam homens e gados, várias modalidades de doenças e até mesmo a morte era atribuída à fenômenos sobrenaturais. Todas essas crendices foram reforçadas pela ação missionária dos representantes da Igreja que aproveitavam os raros momentos das prédicas evangelizadoras para transformarem os fenômenos naturais em castigos do céu<sup>3</sup>, reforçando desta maneira, como esclarece Cordão (1998), uma das principais características do sertanejo nordestino que é a crença em superstições.

---

1. Domingos Afonso Mafrense e Francisco Dias de Ávila constituem, na historiografia piauiense, como os primeiros desbravadores do sertão do Piauí, onde situaram inúmeras fazendas em sociedade.

2. Camillo Filho (1986) observa que nos séculos XVIII e XIX, a maioria dos nomes dos rios, das fazendas e dos povoados eram referências ao gado, assim como objetos de uso pessoal e manuseio no trabalho eram provenientes do boi. Quase tudo no Piauí funcionava em torno do gado, desde a alimentação, a moradia e o vestuário.

3. Nos estudos realizados por Sousa Filho (1995) sobre medo, mitos e castigos, o autor explica que sempre existiu nas sociedades a crença generalizada de que sem o exemplo do castigo não existirá respeito e obediência às leis, às normas, aos costumes, aos governantes e aos poderes sagrados.

Nesse contexto, onde predominava o sobrenatural <sup>4</sup>, encontrava-se o piauiense sujeito a duas forças que tinham o mesmo sentido de dominação embora pese o antagonismo da forma de agir. Assim, enquanto as relações espirituais da população do Piauí estavam sob a guarda da Igreja, as relações sociais eram comandadas pelo senhor do gado, também senhor das terras, que assume feições de coronel em moldes nitidamente feudais, com poderes para resolver pendências, aplicar a justiça e estabelecer a conduta moral dos seus agregados segundo um código de honra pessoal. Conforme explica Camillo Filho (1986) não havia no Piauí até meados do século XIX uma organização político-administrativa ou uma autoridade capaz de manter a ordem e a paz públicas. Segundo o autor, no Piauí de então, reinava a anarquia dos coronéis <sup>5</sup> que mandavam e comandavam todos os habitantes, mesmo aqueles que estavam fora do alcance dos seus olhos e dos seus braços.

De acordo com os estudos feitos por Falci (1991) acerca da criança na Província piauiense, nesse modelo de sociedade patriarcalista e escravocrata que predominava no Piauí de então, os padrões de comportamento exigidos no regime de trabalho se estenderiam às relações sociais, portanto as características consideradas típicas do bom trabalhador tais como disciplina, obediência, calma, um rosto sorridente, um olhar tranqüilo e franco além da voz suave e firme, também serão exigidas do piauiense desde a infância, fossem as crianças livres ou escravas, pobres ou ricas.

Vale ressaltar que, os modelos de comportamento estabelecidos como ideal para o piauiense, as crianças teriam que adquirir no convívio com os adultos, posto que naquela sociedade o conhecimento escolar não era considerado uma prática necessária para a vida em comunidade já que nesse ambiente predominantemente rural os saberes imprescindíveis à vida adulta eram simples e podiam ser aprendidos no agrupamento doméstico, fato que transforma o mundo adulto no locus privilegiado da educação do jovem e da criança e a família na principal instituição responsável pelo repasse de técnicas, valores e padrões de comportamentos inerentes aquela sociedade de vaqueiros. Segundo as anotações de Camillo Filho (op.cit.), nesse contexto era quase impossível surgirem escolas, não apenas por conta do suposto desinteresse das famílias pelas atividades de educação formal mas, também, por situações sociais e locais próprias da Província como o distanciamento entre os núcleos populacionais e a baixa densidade demográfica <sup>6</sup>.

No transcurso desse período histórico as famílias abastadas do Piauí vão desenvolvendo a prática de contratar preceptores particulares com o objetivo de que estes repassassem alguns conhecimentos sistematizados aos jovens e as crianças. Moura Fé (2001) explica que quando uma família contratava uma pessoa de fora para ensinar os rudimentos da leitura e da escrita a seus filhos, o principal critério estabelecido para a formalização do contrato era a comprovação de que o mesmo tinha uma reputação ilibada. Esta certeza deveria vir através das cartas de recomendação, assinadas pelo chefe de um núcleo familiar conhecido e respeitado na sociedade. Toda essa precaução fazia-se necessária uma vez que na maioria

---

4. Maiores informações sobre a influência que a crença em fenômenos sobrenaturais teve na formação das sociedades podem ser encontradas nos livros *História do Medo no Ocidente* de Jean Delumeau (1989); *Exorcistas e Demônios: demonologia e exorcismos no mundo luso-brasileiro* de Márcia Moisés Ribeiro (2003) e *Superstição no Brasil* da autoria de Luís da Câmara Cascudo (2001).

5. Faoro (2000) define com clareza o coronel típico dos sertões nordestino quando o exemplifica como um líder político e também um líder econômico, geralmente fazendeiro que manda nos seus dependentes e agregados, comandante de um mecanismo político onde até o poder público será um reflexo de seu patrimônio pessoal.

6. A população do Piauí em 1826 era de 94.721 habitantes. No ano de 1831 esse número sobe para 118.059 e em 1843 para 138.000 habitantes. (Camillo Filho, 1986).

das ocasiões esses professores passavam a morar, durante algum tempo, nas residências dos próprios alunos, partilhando da intimidade da família.

No Piauí, a prática de pedir referências sobre o comportamento moral dos professores se estenderá ao âmbito do poder público. Mesmo no período em que ainda predominava apenas as tentativas de implantação do ensino primário na sede da Província, já existia a preocupação, por parte das autoridades responsáveis pela educação, com a conduta moral daqueles que por ventura viessem a assumir o magistério em terras piauienses. É possível constatar essa afirmação através de documentos, datados de 1822, onde o governo provisório da Província reclama providências da Coroa Portuguesa no sentido de adotar medidas para a seleção de um candidato habilitado a exercer a função magisterial no Piauí e estabelece como critérios para a aprovação do professor além da prova de sua competência técnica, a folha corrida de sua ilibada conduta moral.

A exigência de comprovação de um bom comportamento moral dos professores pode ser observada em vários documentos oficiais registrados no livro de Brito (1996), como por exemplo a Resolução Imperial nº 655 de 1864 que estabelecia as normas para o exercício do magistério no ensino primário e exigia dos candidatos a realização de uma prova de conhecimento e a comprovação da maioria, da moralidade e da sanidade do indivíduo. Os mesmos critérios também estão inscritos no Regulamento Imperial nº 80 de 1873 que estabelecia como requisitos para o magistério piauiense dentre outros pontos: ser maior de 21 anos de idade, comprovar a moralidade, professar a religião do Estado e não sofrer de moléstia incompatível com a profissão.

A moralidade adequada enquanto critério exigido tanto daqueles que pretendiam exercer como daqueles que já exerciam o magistério no Piauí, ultrapassou as barreiras do tempo e dos ideais que regem as sociedades ainda podendo ser encontrada em documentos dos meados do século XX como a Lei Estadual nº 46 de 1947 que exigia uma comprovação de bom comportamento social por parte dos interessados em se matricularem nos cursos do Ensino Normal. e em documentos de 1968 como a Lei Estadual nº 2.887, no artigo 40 que relaciona as condições necessárias que uma escola deveria ter para ser legalmente reconhecida e estabelecia, dentre outros critérios, a comprovação da idoneidade moral tanto do corpo técnico-administrativo como do corpo docente. Supõe-se, entretanto, que embora continuasse a existir nos documentos oficiais da década de sessenta, a questão da moralidade nesse período já fosse permeada por outros valores e talvez, na prática, já não fosse mais o principal critério que um candidato deveria ter para exercer o magistério embora continuasse a povoar o imaginário da população piauiense.<sup>7</sup>

Predominante no século XIX, a preocupação da sociedade piauiense em relação à idoneidade moral dos professores da rede pública e privada fazia com que as pessoas interessadas na vaga de professor se deparassem com a necessidade de relatarem seu desempenho satisfatório nos deveres cívicos, morais e religiosos, sob o aval de autoridades consideradas de reputação ilibada na Província, como Capitães Comandantes da Guarda Nacional, Inspectores paroquiais, padres e Juizes das Comarcas. Vieira (2002) considera que a relação da moralidade com a educação formal no Piauí, consistia numa das formas de controle

---

7. Em entrevista realizada com Francisca Barros (2004), professora do ensino primário no Piauí na década de 1960, ela relata que naquele período já não existia a necessidade de comprovação de um bom comportamento moral para ingressar na Escola Normal e/ou ser professora, embora essa exigência continuasse presente nos comentários da comunidade onde se trabalhava, pois se a professora era uma pessoa que precisava impor respeito não podia existir nada na sua conduta que fragilizasse sua autoridade para com o aluno. De acordo com as observações feitas pelo poeta e historiador da cidade de Picos (PI) Dico Leão (2004), mesmo na década de 1970, algumas moças da comunidade foram impedidas de matricularem-se na Escola Normal da referida cidade, por conta de boatos que punham em dúvida a “honra” das mesmas.

social, utilizada por parte das classes dirigentes sobre os indivíduos daquela comunidade, uma vez que para alguém trabalhar no magistério, tanto em instâncias públicas como privadas, precisaria do consentimento de quem estava no exercício do poder. Daí porque as exigências em torno da idoneidade moral dos professores não encontram-se registradas apenas nos regulamentos oficiais que estabeleciam os critérios para a atuação do professor no magistério, mas também na correspondência oficial estabelecida entre governo e inspetores paroquiais, onde os últimos fazem denúncias referentes ao comportamento moral dos professores pedindo suas demissões como é possível observar no ofício de 1869 feito pelo inspetor paroquial da Vila dos Jaicós onde o mesmo atendendo aos reclames das autoridades da referida Vila pede, ao Diretor da Instrução Pública no Piauí a demissão da professora da cadeira de primeiras letras sob a alegação de que a mesma tinha um comportamento imoral, não podendo, portanto, exercer o magistério:

Levo ao conhecimento de V. Excelência o descrédito em que se acha as aulas publicas de primeiras letras do sexo feminino desta villa pela nenhuma moralidade da referida professora Dona Antônia Rosa Dias de Freitas que parecia zelosa de sua honra mas infelizmente segundo fallam, não tem sabido conservar a honestidade dispensável ao seu cargo, contra parece querer tratar com immoralidade por que com a maior imprudência defende publicamente vilasões bem freqüentes e inconvenientes para quem ocupa um cargo publico, também tem ella relações com pessoas de caráter duvidoso e vai freqüentemente a lugares que só é freqüentado por alcobanas...(p.1).

Para Vieira (op.cit.) esse tipo de alegação de que os professores comportavam-se de maneira inadequada para o magistério era um argumento utilizado constantemente e de forma convincente, principalmente quando os mestres denunciados eram do sexo feminino, pois embora a idoneidade moral fosse um critério estabelecido para ambos os gêneros parece ter tido um peso maior em relação à contratação e demissão das professoras.

Percebe-se através da leitura de documentos que a conduta moral dos professores piauienses no decorrer do século XIX chegou a ser um critério mais importante do que a sua habilitação técnica para o magistério. Villela (2000) justifica essa afirmação quando esclarece que essas cobranças feitas em torno do comportamento moral do professor sugere que o mesmo tinha que desempenhar mais a função de agente disseminador de uma mentalidade moralizante do que difusor de conhecimentos. Esse ponto de vista é confirmado pelas análises feitas por Louro (2002) sobre a atuação das mulheres brasileiras como professoras no período que permeia o século XIX e o século XX, quando a autora revela a preocupação que as autoridades de então tinham em relação ao conteúdo a ser aprendido pelas alunas. Estes, sob a justificativa de que as mulheres precisavam ser educadas e não instruídas, pediam as professoras que dessem mais ênfase a formação moral das alunas em detrimento do repasse de conteúdos.

Ainda no texto de Louro (op.cit) são detalhadas as principais características do comportamento que se esperava das professoras, como por exemplo uma sólida formação cristã católica, recato, pudor, busca constante de uma perfeição moral, aceitação de sacrifícios, docilidade, não fazer reivindicações, não discutir sobre política e religião, ter cuidado com os espaços que frequenta, manter um certo distanciamento dos alunos, manter uma aparência sóbria, uma postura discreta e assexuada. Acredita-se que todos esses

requisitos exigidos daquelas que desempenhavam as atividades do magistério eram estabelecidos em função do papel que a mulher deveria desempenhar naquela sociedade e que acabaria por refletir na sua função de professora, uma vez que as mestras deveriam ser os modelos de comportamento feminino a serem imitados pelas alunas. Responsabilidade que fazia com que essas mestras cuidassem de todos os detalhes de suas aparências trajando-se de modo discreto, severo, mantendo maneiras recatadas e cultuando o silêncio sobre sua vida pessoal. Tudo era observado nas professoras, pois a elas cabia a tarefa de repassar posturas, ou seja, um modo adequado de se “portar e comportar, de falar, de escrever, de argumentar. Aprendiam-se os gestos, os olhares modestos e descentes, as formas apropriadas de caminhar e sentar...”(p.461).

Como se pode observar havia todo um procedimento a ser aprendido pelas professoras no sentido de que fossem estabelecidas as práticas consideradas adequadas ao corpo docente do século XIX. Acredita-se, entretanto, que essa sólida formação e atuação moral em parte também era exigida dos professores do sexo masculino. Essa afirmação baseia-se na leitura de algumas obras literárias brasileiras do período que retratam a imagem do professor, predominante na sociedade de então, como um sujeito discreto, de confiança, respeitabilidade e dono de uma moral inquestionável. Assim foi descrito o professor Aristaco, um dos principais personagens do romance *o Ateneu*<sup>8</sup>, de autoria de Raul Pompéia (1992): uma pessoa de gestos calmos, com uma pausa hierática no andar, o olhar fulgurante, “era a educação da inteligência, o queixo severamente escanhado de orelha a orelha, lembrando a lisura das consciências limpas – era a educação moral. A própria estatura, na imobilidade do gesto, na mudez do vulto...”(p.16).

Se forem comparadas algumas das características do bom comportamento dos professores relacionadas por Louro (op.cit.) e por Pompéia (op.cit), torna-se possível afirmar que, a conduta moral exigida dos professores de ambos os sexos assemelham-se em alguns aspectos, porém Lima (1999) esclarece que como as funções sociais estabelecidas pela sociedade para cada gênero eram contrastantes no século XIX, também o seriam as funções no trabalho. Assim, enquanto o homem tinha a liberdade de exercer sua identidade profissional diretamente no mundo público, a mulher regia-se no trabalho pelos códigos estabelecidos no espaço familiar. Esse é um fenômeno social que forjaria durante muito tempo às condutas morais estabelecidas como necessárias nas relações do trabalho docente no Piauí.

Entretanto, é importante ressaltar que embora as moralidades sejam elementos de considerável resistência às mudanças dentro de uma sociedade, os discursos sobre a conduta moral dos professores acabam sendo influenciados por novas formas de conceber a educação que transformam o papel do professor na construção de uma sociedade. É assim que no início do século XX a política educacional brasileira, sob a influência da ideologia liberal estabelece outras formas de comportamento para os professores. Nesse contexto, os professores começam a incorporar nas suas práticas pedagógicas novas posturas e, embora continuassem a exercer a função de corretores de condutas desviantes em sala de aula, o seu comportamento como docente era outro. Louro (op.cit.) relata que agora as professoras são menos severas, mais sorridentes, algumas fazem greves e até participam de movimentos políticos, entre outras atitudes antes consideradas imorais para um cidadão de bem.

Nesse período o magistério primário era exercido exclusivamente pelas mulheres, fato que tornava esse gênero no principal agente de divulgação das mudanças que estavam

---

8. Outros romances da literatura brasileira fazem descrições semelhantes dos professores no século XIX como, *Memórias de um Sargento de Milícias*, da autoria de Manuel Antônio de Almeida (1992) e *Memória Póstuma de Brás Cubas* de Machado de Assis. (2001).

ocorrendo acerca do comportamento dos professores no processo educativo. Entretanto essa era uma tarefa um tanto quanto difícil de ser realizada uma vez que as mudanças existentes não tinham uma aceitação universal e muitas professoras transformaram-se em alvo de críticas, principalmente, em algumas partes do sertão piauiense onde ainda se primava pela imagem das mestras tradicionais, como se pode constatar através do depoimento de Nevinha Santos (1987), professora normalista, contratada com mais duas colegas para trabalhar no grupo escolar da cidade de Picos (PI) em 1929:

A nossa chegada foi uma decepção para a população. Esperavam como professoras três senhoras idosas de saias compridas e cabelos enrolados, e receberam três jovens moças, quase meninas com vestidos nos joelhos, cabelos curtos, decotes audaciosos mangas bem cavadinhas, rouge, batom, alegres, saudáveis, felizes e um sotaque diferente. Foi um escândalo. As mangas cavadas e as axilas raspadas fizeram o maior comentário na cidade e circunvizinhas. Quando saíamos à rua, alguns saíam para fora de casa e outros ficavam nas portas e janelas para conhecerem as novas professoras, as moças diferentes, como chamavam...(p.03)

Pode-se perceber, no depoimento da professora Nevinha Santos (op.cit), que as posturas que caracterizavam a boa conduta moral das professoras no século XIX, já não condiziam com a realidade que se apresentava no início do século XX. Mesmo os relatórios dos inspetores desse período já não fazem mais referências ao comportamento moral adequado ou inadequado das professoras como é possível constatar no relatório de inspeção feito por Elias Araújo (1933), registrado no Livro do Termo de Inspeção da Instrução do Grupo Escolar Coelho Rodrigues da cidade de Picos(PI) :

De visita feita, hoje ao Grupo Escolar “Coelho Rodrigues” desta cidade, após ter tido a oportunidade de conhecer a diretora deste educandário público, D. Ricardina de Castro Neiva, normalista da qual colhi a melhor impressão sobre a sua capacidade intelectual bem assim das suas ilustres colegas e auxiliares, na luta pela Instrução, que formam o corpo docente do citado grupo, tive ocasião de visitar todas as classes do 1º ao 4º anos, ministradas pelas referidas professoras que se prontificaram com o aval da sua prolecta dirigente, mostrar-me os trabalhos dos seus alunos nas partes referentes aos desenhos, pontos e provas de matérias como Português, História, Geografia e Ciências Naturais e Físicas, em cuja prova experimental fiz parte com a permissão da Exmª Diretora, nada porem deixando a desejar as ditas preceptoras no tocante ao programa do Ensino Moderno...(p.6)

Segundo as análises de Vieira (2002), feitas a partir dos relatórios dos inspetores técnicos desse período, os responsáveis pelo mecanismo de controle e vigilância sobre os professores preocupavam-se agora em verificar, exaustivamente, as condições físicas das instalações das escolas, bem como a frequência e o aproveitamento dos alunos e embora o corpo docente também fosse inspecionado já não se verificava mais a preocupação com a sua conduta moral mas com a sua capacidade técnica, o que possibilita a afirmação de que o comportamento

considerado inadequado nesse período seria não cumprir, satisfatoriamente, o programa de ensino estabelecido pelo Estado.

Acredita-se que a mudança de foco, no que se refere ao processo de fiscalização do trabalho docente, onde o desempenho técnico e intelectual do professor passa a ter mais relevância nos relatórios dos inspetores do que a sua conduta moral, é resultado das transformações científicas e tecnológicas que ocorrem no país, cujos princípios norteadores imprimiram mudanças significativas nos sistemas de vida material, social e moral dos brasileiros. É o que revelam os estudos realizados por Severino (1986) e Cury (1988) acerca das articulações ideológicas que permearam a política da educação nacional em vários períodos da história, ao afirmarem que durante o século XIX a educação brasileira encontra-se intimamente relacionada com a Igreja Católica que continuava a ser uma das principais instâncias sociais do Brasil com poderes para estabelecer e determinar valores e padrões de comportamento baseados numa cosmovisão onde apenas uma sociedade constituída pela moral religiosa conseguiria manter o equilíbrio através do respeito hierárquico imposto a Igreja e ao Estado. Nessa perspectiva de sociedade, a condição “sine quo” da educação escolar seria a formação intelectual do homem que se explicitava na formação moral e na formação religiosa do mesmo, cabia portanto ao professor, no cumprimento dessa missão, desempenhar o papel de repassador dos valores morais concernentes aquele modelo de sociedade em detrimento do papel de repassador de conhecimentos.

Para os referidos autores, a mudança de paradigma somente ocorreu com o processo de modernização econômica e cultural do País, quando é possível verificar o abandono, lento porém contínuo, dos valores apregoados pelo catolicismo em função dos princípios liberais que determinavam uma nova mentalidade educacional revelando assim que a educação e seus ideais não se regulam por valores absolutos, mas por valores relativos que variam de acordo com a estrutura da sociedade. Diante de um novo contexto histórico-cultural a educação passa a ser compreendida como um instrumento de aperfeiçoamento social das novas gerações impondo a necessidade da formação de quadros docentes capazes de integrarem os alunos dentro do novo projeto nacional voltado para o desenvolvimento científico e tecnológico. Para essa nova proposta de sociedade calcada noutros valores, não bastava mais o professor leigo, porém bem comportado, se fazia necessário o professor qualificado, habilitado tecnicamente para o magistério.

De acordo com os indícios apontados pelas fontes de pesquisa é possível afirmar que as exigências feitas sobre a conduta moral dos professores no decorrer do século XIX, quando predominavam na educação brasileira os princípios humanista-cristão, começam a ser substituída por outros valores apregoados pela concepção humanista-liberal que iria vigorar no pensamento nacional durante o século XX. Entretanto Monteiro (2000) ressalta que embora essa tendência paradigmática faça uma crítica aos pressupostos teóricos defendidos pela tendência anterior ao defender o conhecimento científico e o comportamento racional como símbolos que identificam uma nação desenvolvida, concorda com eles no que concerne à disseminação de valores morais pela escola como a base fundamental para a formação do cidadão culto e civilizado. Assim, tanto no Piauí como noutras partes do Brasil, o trabalho docente passa a ser concebido muito mais como uma prova de dedicação ao país do que uma profissão. Cabia aos professores não mais preparar os jovens e as crianças piauienses para serem apenas bons cristãos, a missão agora é patriótica, portanto, os professores, também, teriam que formar bons cidadãos e para tanto se fez necessária uma outra forma de se comportar.



## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Antônio Joaquim de. **Memórias de um sargento de milícias**. São Paulo: FTD, 1992.
- ASSIS, Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Ática, 2002.
- BARROS, Francisca. **Entrevista** concedida à pesquisadora Maria Alveni Barros Vieira em junho de 2004.
- BRITO, Itamar de Sousa. **História da educação no Piauí: enfoque normativo, estrutura organizacional, processo de sistematização**. Teresina: Editora Gráfica da UFPI, 1996.
- CAMILO FILHO, José. **Pequena história do Piauí**. 2. ed.. Teresina: COMEPI, 1986.
- CALANI, Denice Bárbara. **Estudos de história da profissão docente**. In: II Congresso Brasileiro de História da Educação. Natal (RN): Editora Núcleo de Arte e Cultura da UFRN, 2002.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Superstição no Brasil**. 4.ed.. São Paulo: Global, 2001.
- CASTELO BRANCO, R. P. **A civilização do couro**. Teresina; COMEPI, 1942.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.
- CORDÃO, J. P. de Lima. **Assim foi o Nordeste**. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 1998.
- CURY, Carlos R. Jamil. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. 4.ed., São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1988.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente: 1300 – 1800, uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- FALCI, Miridan Britto Knox. **A criança na Província do Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras: CEDHAL, 1991.
- FAORO, Raimundo. **Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro**. 13. ed. São Paulo: Globo, 2000 (vol. 2).
- JAICÓS. Inspetoria paroquial da Vila dos Jaicós. **Pedido de demissão da professora de primeiras letras**, 1869.
- LEÃO, Dico. **Entrevista** concedida a pesquisadora Maria Alveni Barros Vieira em junho de 2004.
- LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. 18 e.d., São Paulo: Editora Nacional, 1990.
- LIMA, Maria José de. **Gênero, trabalho e educação**. In: FERREIRA, Mary (org.). *Mulher, gênero e políticas públicas*. São Luís: UFMA, 1999.
- LOURO, Guacira Lopes. **Mulher na sala de aula**. In: Del Priore, Mary (org). *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- MONTEIRO, Regina Maria. **Civilização e cultura: paradigmas da nacionalidade**. Caderno Cedes, ano XIX, nº 51, novembro / 2000.
- MOURA FÉ, Manoel dos Martírios. **Entrevista** concedida à pesquisadora Maria Alveni Barros Vieira, em janeiro de 2002.
- NUNES, Odilon. **Piauí – Seu povoamento e seu desenvolvimento**. Teresina: COMEPI, 1973.
- PIAUI. **Junta de Governos**. Comunicado de nomeação de um processo provisório para a cadeira de latim e os relatos dos critérios utilizados para a nomeação, 1822.
- POMPÉIA, Raul. **O Ateneu – crônica de saudade**. 2. ed. São Paulo: FTD, 1992 (Coleção Grandes leituras).
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 6. reimpr. da 23. ed.. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- RIBEIRO, Márcia Moisés. **Exorcistas e demônios: demonologia e exorcismo no mundo luso-brasileiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

- SANTOS, Novinha. **“Adorei e me sentia muito feliz em ser professora”**. Jornal Meio Norte. Caderno Alternativo – especial p. 3, 1997. Mês ? dia ?
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Educação, ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986.
- SOUSA FILHO, Alípio de. **Medos, mitos e castigos: notas sobre a pena de morte**. São Paulo: Cortez, 1995.
- VIEIRA, Maria Alveni Barros. **Educação e sociedade Picoense no período de 1890 a 1930**. Teresina: UFPI, 2000. (Dissertação de mestrado).
- VILLELA, Heloísa de O. S. **O mestre-escola e a professora**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. (org.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- XAVIER, Maria Elisabete Sampaio Prado (et.all). **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.